



12ª CECUT

Henrique Lopes é novo presidente da entidade

Página 2

ARTIGO

O cabo de guerra da MP do Emprego

Página 4

CONCONDSEF

XIII Congresso pede unidade e mobilização

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO XII - Nº 143

Cuiabá - Novembro de 2019

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmt.org.br



PLENÁRIA NACIONAL AVISA:

SIM, VAI TER LUTA!

A realização de uma nova **GREVE GERAL** e ações voltadas para a área da **COMUNICAÇÃO** também foram discutidas com exaustão

Com seis centrais sindicais e dezenas de entidades, foi realizada no dia 26, no Teatro dos Bancários em Brasília, a Plenária Nacional – Em Defesa dos Serviços Públicos Municipal, Estadual e Federal, das Empresas Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores.

As diversas entidades que organizam as categorias das três esferas do funcionalismo aprovaram um plano de lutas para o próximo período e um manifesto unificado que, entre outros pontos, destaca a importância do serviço público para a sociedade.

Foi realizado ainda um ato político que, além de representantes do movimento sindical, contou com a representação de parlamentares que apoiam a luta.

O plano de lutas aprovado na Plenária delibera uma série de ações a serem realizadas pelas entidades sindicais, todas com o objetivo de defender e fortalecer o serviço e os/as servidores/as públicos/as.

A plenária definiu 18 de março de 2020 como um Dia Nacional de Paralisação Mobilização, Protesto e Greves. As entidades reforçarão ainda o dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, como uma data importante de resistência. Ainda neste ano, outra ação importante acontece de 2 a 6 de dezembro, em que serão realizadas ações diversas, como panfletagem em locais estratégicos contra a Medida Provisória 905/2019, contra as Propostas de Emendas à Constituição (PECs) 186, 187, 188 e contra o Pacote de ajuste de Guedes.

Já no dia 12 de fevereiro de 2020, será realizada uma atividade no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados para debater o tema. No plano de lutas, as centrais reafirmaram ainda a necessidade de discussão de realização de uma nova greve geral.

Ações voltadas para a área da comunicação também compõe o plano de lutas. Como parte delas, as centrais devem potencializar a divulgação do manifesto aprovado na Plenária em seus sites e redes sociais. Além disso,

nos próximos dias, os setores de comunicação das entidades se reunirão para discutir uma campanha publicitária unificada de defesas dos serviços públicos e das estatais.

Com o objetivo de ampliar os debates em todos os espaços sociais, serão criados um comando unitário nacional e frentes únicas nos estados para organizar e unificar as mobilizações e o debate com a população.

Em parceria com as diversas frentes parlamentares, as centrais realizarão eventos diversos nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. A ideia que é sejam aprovadas moções dirigidas aos deputados federais e senadores evidenciando a indignação da população contra os projetos que enfraquecem o serviço público.

As deliberações ainda visam unificar as ações de enfrentamento com as duas casas do Congresso Nacional, Assembleias Estaduais, e Câmaras Municipais. Além disso, pretende-se repercutir essas ações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A ideia é que, até o final do ano, seja criada uma agenda unitária de lutas e atividades. Propõem-se ainda discutir uma estratégia de mobilização unitária no campo jurídico.

O manifesto - Entre outros pontos, manifesto aprovado aponta as investidas do governo Bolsonaro contra o

serviço e os servidores/as públicos/as. O texto ressalta ainda a importância da manutenção de serviços essenciais como públicos e fundamentais para a soberania nacional.

“Um país rico em recursos naturais, precisa ter empresas estatais e públicas fortes e serviços públicos municipais, estaduais e federais de qualidade, prestados gratuitamente para o povo. Ao invés de retirar direitos e recursos financeiros, é preciso investir nos serviços públicos de qualidade”, diz trecho do documento.

Ato político - Após a aprovação do Plano de Lutas e do manifesto, as centrais realizaram um ato político, expressando, mais uma vez, posicionamento contrário ao desmonte do serviço.

O presidente da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, destacou que se faz “urgente defender os servidores e as estatais, alvos preferenciais do governo de Bolsonaro”. Rodrigues avaliou que o processo do golpe de 2016, não tinha com único objetivo retirar a presidenta Dilma Rousseff – eleita democraticamente – do poder. Para ele, todo o processo “tinha um arcabouço para atacar e retirar direitos trabalhadores”. Essa estrutura antipovo, segundo Rodrigues, pode ser notada nos dias atuais.

“Temos que defender o serviço público de qualidade e as empresas

públicas, aquelas que permitem que sejam prestados serviços de qualidade à população. O Estado tem a força capaz de promover as políticas de emancipação da classe trabalhadora e daqueles que mais precisam”, disse.

Já o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, afirmou que “vivemos um momento terrível para a classe trabalhadora e não podemos perder a batalha em defesa dos servidores públicos e das estatais”.

Em seu discurso, Nobre lembrou que os momentos em que Brasil cresceu economicamente e socialmente – sendo considerado, inclusive, uma potência mundial – só foram possíveis porque tiveram o estado como estimulador. “A iniciativa privada não tem condições de alavancar a economia do país. Será uma luta desafiadora, mas com essa unidade de hoje, conseguiremos vencer”, disse.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) destacou que é preciso compreender o momento preocupante que o país atravessa, o que, para ele, se assemelha ao que os países da América Latina vivem. O parlamentar avaliou que, aqui no Brasil, “vive-se uma revisão do papel do estado, onde, na visão do governo, o serviço público não tem o papel fundamental, como definido pela Constituição”.

“Tudo é visto como lucro. Cada aluno na universidade pública é um aluno a menos na universidade particular. Por isso que a luta dos países latinos tem tudo a ver conosco. O modelo que querem implantar lá é o mesmo que querem implantar aqui. E não há outro caminho a não ser resistir”, afirmou.

O mesmo entendimento é compartilhado pela presidenta da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Alessandra Camarano. Para ela, os países da América Latina estão se mobilizando contra o autoritarismo e o Brasil precisa iniciar um movimento semelhante. “É importante lembrarmos que sem mobilização não há condições de avançarmos e alcançarmos um espaço civilizatório”, disse. (Fonte: CUT Brasília com Redação)

Foto: CUT DF



Plenária nacional deliberou várias ações a serem realizadas pelas entidades sindicais

Fotos: Ídio Nemésio de Barros



Ao longo deste mês, várias reuniões foram realizadas no estado com o intuito de eleger os delegados que participarão do **XIII Congresso da Condsef/Fenadsef** que será realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, em Brasília. Da região de Cáceres foi eleito Manoel Francisco Barbosa; da região de Colíder: Edmilson Lourenço Máximo; da região de Sinop: João de Deus da Silva Filho; da região de Rondonópolis: Manoel Martins; de Cuiabá: Doraci Dornello Calazans, José Olímpio da Silva Neto, Fernando Pivetta, Ídio Nemésio de Barros Neto e Carlos Alberto de Almeida.

EBSERH

Justiça diz que desconto do INSS sobre 1/3 de férias é indevido

A advogada vai ajuizar ação na Justiça Federal para o devido ressarcimento das quantias descontadas

O Tribunal do Trabalho da 23ª Região julgou procedente o pedido do Departamento Jurídico do Sindsep-MT, através da advogada Adriane Santos dos Anjos, para que fossem cessados

os descontos realizados sobre as contribuições previdenciárias incidentes sobre o 1/3 constitucional de férias que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh) estava descontando indevidamente dos trabalhadores do Hospital Universitário Júlio Müller nos últimos 5 anos e que inclusive já foi declarado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a advogada, o STF no julgamento do Agravo Regimental o Recurso Extraordinário n.º 593068/Santa Catarina, por maioria decidiu que somente as parcelas incorporáveis aos salários do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária, ficando claro que a sua incidência sobre o abono de férias é ilegal. Na ação proposta, o Sindsep-MT pede também o ressarcimento das quantias indevidamente descontadas o que foi negada pela Juíza Substituta do Trabalho, Eliane Xavier de Alcântara, por entender que a competência cabe à Justiça Federal. Com isso, o próximo passo é ajuizar ação contra o INSS na Justiça Federal.

O outro lado - Por sua vez, a Ebsersh argumentou a inaplicabilidade da decisão do Su-

premo relativa ao Recurso Extraordinário 593.068 no caso de regime geral da previdência social, afirmando que os pedidos formulados vão de encontro ao entendimento do STF, que em seu resumo de número 688, consignou ser legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário, o qual possui a mesma periodicidade do 1/3 de férias.

Nas argumentações finais sobre a decisão, a Juíza diz que “ainda que o julgado tenha se restringido aos servidores públicos, esse posicionamento do STF é um importante precedente para consolidar a não incidência da contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, que já possui posicionamento favorável aos contribuintes tanto no STJ quanto no TST.”

“Assim, em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, reconheço que o 1/3 constitucional de férias não incide sobre a contribuição previdenciária, de modo que dou provimento ao pedido da exordial para determinar que a 1ª Ré se abstenha de recolher valores a título de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias de seus empregados, porquanto a parcela não repercute no cálculo da aposentadoria.”

Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações supra fica estabelecida multa diária de R\$ 500,00 (até o limite de R\$5.000,00) por empregado, sentenciou a Juíza.



Adriane dos Anjos, advogada do Sindsep

Ato pede liberdade para Luisa Hanune

Foi realizado no dia 4 deste mês, no auditório Milton Figueiredo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, ato pela libertação da secretária-geral do Partido



dos Trabalhadores da Argélia, Luisa Hanune e de todos presos políticos daquele país. A campanha internacional se estende por 101 países e tem mobilizado dirigentes sindicais, sociais e políticos de várias cidades do Brasil. Participaram do ato o deputado Lúdio Cabral (PT), professor da Unemat, Domingos Sávio, Robinson Cireia, da CUT-MT, Carlos Alberto de Almeida, presidente do Sindsep-MT e Valdeir Pereira, presidente do Sintep-MT além de simpatizantes da causa argelina.

Fotos: Mário Hashimoto



XII Cecut-MT elege nova diretoria

O 12º Congresso da CUT Mato Grosso (Cecut-MT) foi realizado entre os dias 7 e 9 no auditório do Sintep-MT. Com o tema “Sindicatos Fortes, Direitos, Soberania e Democracia” e a participação de mais de 150 delegados, o Congresso teve como missão organizar a classe trabalhadora para recuperar os direitos que continuam sendo retirados pelo (des)governo de Jair Bolsonaro. No sábado foi dado posse como novo presidente do CUT-MT, o professor Henrique Lopes, que comandará a entidade pelo período 2019 a 2023. Fazem parte da diretoria eleita, os companheir@s do **Sindsep-MT**: Joacira Santana Rodrigues de Almeida, Fernando Pivetta, Damásio de Souza Pereira, Veraci Tiziane, Ídio Nemésio de Barros Neto e João de Deus da Silva Filho.

Fotos: Mário Hashimoto



Cuiabá sentiu a força do servidor público federal com cerca de 1.500 congressistas agitando o comércio e o turismo

JUNTOS SOMOS FORTES

Em meio a incertezas, Congresso pede unidade e mobilização

Este será o último realizado trienalmente. Os próximos serão quadrienalmente, conforme estatuto aprovado

O XIII Congresso da Condsef/Fenadsef, maior instância deliberativa da Confederação será realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, em Brasília. O evento envolverá delegações de todos os estados para debate sobre os principais temas de enfrentamento que os servidores e empregados públicos federais devem encarar. O cenário de desmonte, a retirada de direitos e a privatização em massa são alguns de temas que serão discutidos e terão ações planejadas. Também haverá eleições para definição da diretoria da Confederação e da Federação.

O Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, ressalta que este será o último evento realizado trienalmente. De acordo com o novo estatuto aprovado, a periodicidade do encontro será quadrienalmente, ou seja, o próximo evento deverá acontecer em 2023. O último Concondsef aconteceu em dezembro de 2016, em Cuiabá (MT), e teve como uma das principais pautas de debate o enfrentamento à então proposta de reforma da Previdência de Michel Temer, derrubada com esforços da classe trabalhadora. Hoje o cenário é similar ao passado.

Em Cuiabá - Com o tema "Preservar a unidade e a democracia. Nenhum direito a menos", a XII edição do Concondsef realizado em 2016 reuniu mais de 1.500 delegados eleitos das categorias da base da Confederação na capital mato-grossense. Na ocasião, também foram realizados encontros setoriais. As mesas de discussão foram pautadas pelo enfrentamento a políticas de Estado Mínimo, ajuste fiscal e arrocho econômico. Em três anos, a conjuntura parece não ter melhorado, pelo contrário. A gravidade com que o governo federal tem trabalhado assuntos de interesse dos servidores e empregados públicos é preocupante.

"Estamos em um momento crítico. São

tantos desmontes simultâneos e igualmente graves que temos que nos organizar para traçarmos estratégias de resistência. Temos a pauta das privatizações das estatais, a ameaça à estabilidade do servidor, a ausência de concursos públicos, a intenção de substituição de mão de obra por sistemas digitalizados, a reforma Tributária, a reforma Administrativa e tantos outros temas. Mais do que nunca, é preciso unidade na luta e perseverança", comenta Sérgio Ronaldo.

A agenda política imposta não tem deixado dúvida de que o ataque aos direitos da classe trabalhadora está na ordem do dia. Mas também não resta dúvida de que a luta em defesa desses direitos precisa e vai acontecer. Devemos seguir reforçando nossa unidade e mobilização. Juntos somos fortes. Nenhum direito a menos. Nenhum passo atrás. (com Condsef)



Sérgio: Mais do que nunca, é preciso unidade na luta



Fábio Trad é o relator da Reforma Sindical na Comissão de Constituição e Justiça

O texto foi apresentado 3 vezes antes de ser validado para iniciar tramitação na Câmara dos Deputados. As 2 vezes anteriores em que a proposta foi protocolizada na Secretaria-Geral da Mesa da Casa, o texto caiu em razão de o número de assinaturas/apoiamentos (no mínimo 171) não terem sido suficientes para sustentar a matéria.

O rito regimental deve obedecer algumas etapas para ter início a tramitação da proposta até que se consolide sua votação. O deputado pertence ao Partido Liberal do Amazonas.

Admissibilidade - A 1ª etapa é a verificação de admissibilidade da PEC, ou seja, se a proposta pode tramitar na Casa, se não atinge cláusulas pétreas, como a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto e universal; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais. Nesta etapa, a matéria pode receber apenas emendas de redação, sem que essas alterações sejam no mérito da proposta. Se aprovada, a PEC será analisada em comissão especial (CE), que examina o mérito da matéria.

Comissão especial - Na comissão especial, o prazo será de 40 sessões, mais ou menos 60 dias, para análise do mérito da proposta, sendo as 10 primeiras para emendas. Para a apresentação de emendas ao texto, estas já podem ser de mérito, são necessários 1/3 de apoio dos deputados, ou seja, 171 deputados. Após votação na comissão especial a matéria segue para análise do plenário da Casa.

Plenário - Em plenário, inicia-se a discussão da matéria com a leitura do parecer. O relator da proposta pode acatar emendas aglutinativas, com base nas emendas já apresentadas anteriormente na comissão especial. A votação da matéria se dará em 2 turnos com um intervalo de 5 sessões entre uma e outra. Para aprovar o texto, são necessários 308 votos favoráveis, em cada turno de votação. (Fonte: Diap)

Pela segunda vez governo Jair Bolsonaro corta reajuste do mínimo e trabalhador perde R\$ 10,00

O governo de Jair Bolsonaro anunciou nesta semana a segunda revisão de projeção para o valor do salário mínimo, hoje em R\$ 998,00. Em agosto deste ano a equipe econômica comandada pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, já havia anunciado uma redução de R\$ 1.040,00 para R\$ 1.039,00. Agora, anuncia nova revisão para R\$ 1.031,00. Já são R\$ 9,00 que o governo Bolsonaro tira do bolso dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Com a medida, o governo também vai diminuir os reajustes dos benefícios assistenciais, previdenciários, além do abono salarial e do seguro-desemprego, baseados no piso salarial do país.

Paulo Guedes sempre deixou claro que defende que o salário mínimo seja corrigido apenas pela inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e não mais pela Política de Valorização do Salário Mínimo, bandeira da CUT, iniciada no governo Lula em 2004 e mantida por Dilma Rousseff. Até Bolsonaro assumir o poder, o salário mínimo era reajustado pela inflação medida pelo INPC mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. (com CUT)

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2019/2022

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice-Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **Secretaria Geral:** Fernando Pivetta; **Adj. Secretaria Geral:** Damásio de Souza Pereira; **Secretaria de Finanças:** Gildásio Ferreira Gomes; **Adj. Secretaria de Finanças:** Luciano Marcio Gazzani; **Secretaria de Administração:** Enildo Gomes; **Adj. Secretaria de Administração:** Nélso Fortunato Ojeda; **Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **Adj. Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Edilson César Cunha; **Secretaria de Formação e Política Sindical:** José Olímpio da Silva Neto; **Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical:** Cícero José da Silva; **Secretaria do Interior:** Benedito Assis da Silva; **Adj. Secretaria do Interior:** Albir Alves de Brito; **Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Conceição Corrêa Costa Itacaramby; **Secretaria da Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador:** Aderbal Castro Queiroz; **Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Manoel Martins; **Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Idivaldo Bernardes de Oliveira; **Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Joilson Ruas do Nascimento; **Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Sandra Cristina Ribeiro; **Suplentes de Direção:** I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sérgio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuza Divina de Jesus; VI - Jacira Weis. **Conselho Fiscal - Membros Efetivos:** I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; **Suplentes do Conselho Fiscal:** I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

ARTIGO



O CABO DE GUERRA DA MP DO EMPREGO

A medida recebeu reparos do relator da reforma da Previdência, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e até mesmo do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que afirmou que vai buscar outra fonte de compensação.

MARCOS QUEIROZ*

A Medida Provisória que cria o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e promove alterações na legislação para estimular a geração de empregos (MP 905/19), embora importante e necessária, terá uma tramitação tumultuada. A proposta é vista como uma nova etapa da Reforma Trabalhista, por isso o governo sofrerá investidas tanto de apoiadores quanto de opositores. A previsão é de que a matéria receba centenas de emendas com a finalidade de alterar seu conteúdo.

A MP tem como ponto central a desoneração da folha de pagamentos para contratações de jovens de 18 a 29 anos. Para essas novas contratações, o texto isenta as empresas do pagamento de Contribuição Patronal Previdenciária, do Salário-Educação e das contribuições ao Sistema S; bem como reduz de 8% para 2% o recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e diminui de 40% para 20% a multa a ser paga em caso de demissão imotivada. Tais benefícios terão prazo de vigência de dois anos e só se aplicarão a funcionários com salários de até 1,5 salário mínimo.

Entretanto, prevê-se que o setor pro-



dutoivo fará pressão junto ao Congresso para ampliar os benefícios no que diz respeito ao rol de beneficiários, ao alcance dos encargos trabalhistas a serem desonerados e ao prazo de duração. Até mesmo parlamentares mais alinhados ao governo deverão atuar nesse sentido. Ressalte-se que qualquer aumento do escopo da proposta traz ônus financeiro para o governo, pois eleva os custos do programa e o obriga a compensar a perda de receita tirando de outras fontes do Orçamento.

Um dos pontos polêmicos, unanimidade entre os congressistas, é a forma de financiamento da renúncia. O texto prevê contribuição previdenciária sobre o se-

guro-desemprego de até 8,14%. A medida recebeu reparos do relator da reforma da Previdência, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e até mesmo do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que afirmou que vai buscar outra fonte de compensação. Uma das opções apontadas pelo líder do MDB na Casa, senador Eduardo Braga (AM), seria aumentar a tesourada nos recursos do Sistema S.

A oposição parlamentar e os sindicatos preparam uma forte ofensiva contra a proposta. Algumas ações judiciais serão apresentadas por partidos políticos e entidades sindicais questionando o que cha-

mam de excessos de inconstitucionalidades da MP. Independentemente da batalha judicial, os parlamentares opositores se mobilizarão contra vários pontos da proposta.

Além das desonerações sobre os encargos trabalhistas, os opositores centrarão fogo nas diversas alterações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre essas, constam a redução das multas trabalhistas; as mudanças na atuação da fiscalização da Justiça do Trabalho; a alteração do modelo de julgamento de ações trabalhistas; e o trabalho aos domingos e feriados. Esse último ponto já havia sido derrubado pelo Congresso quando da tramitação da MP da Liberdade Econômica.

Portanto, haverá um verdadeiro cabo de guerra, tendo o governo no meio da corda, com o empresariado e seus aliados forçando de um lado e os trabalhadores e a oposição puxando do outro.

(*) JORNALISTA. ESPECIALISTA EM PROCESSO LEGISLATIVO, PÓS-GRADUADO PELO CENTRO ACADÊMICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (CEFOP). POSSUI MAIS DE UMA DÉCADA DE EXPERIÊNCIA NO CONGRESSO NACIONAL. TRABALHOU NO PORTAL BRASIL EM TEMPO REAL. É ANALISTA DA ARKO ADVICE.

FELIZ ANIVERSÁRIO MÊS DE DEZEMBRO

NOME	DIA	NOME	DIA	NOME	DIA
ADAIR DE ALMEIDA	14	EDMAYONS DA SILVA CARVALHO	05	LUIZ DA COSTA	29
ADALINA ANGELA SILVA PEDROSO	28	EDSON CARNEIRO GERALDES	07	LUZIA DE FARIA GUERRA	14
ADELINA NOVAIS FERREIRA	26	EDSON EUGENIO SANTANA	20	MANOEL DA CONCEICAO ASSIS	08
ADERBAL CASTRO QUEIROZ	23	EDVAM DE JESUS TAQUES	26	MANOEL JOAO DA SILVA	21
ADEVITA GOMES DE ALMEIDA DA SILVA	28	ELI FERREIRA DA SILVA	14	MANOEL JOAQUIM MAIA	15
ADILSON BENKE	11	ELIETE DOMINGOS DA COSTA	10	MARCOLINO FAGUNDES DE ARAUJO	13
ADIR NOEL DE CASTRO SOUZA	24	ELIO DE MORAES	01	MARCOS ANTONIO F. DE PAULA OLIVEIRA	02
AFFONSO HENRIQUES GUIMARAES	19	EPAMINONDAS FERREIRA DE OLIVEIRA	01	MARIA ALZIRA VERONEZ DE MORAES	19
AILTON RAIMUNDO DO NASCIMENTO	14	EVALDO OLIVEIRA NOGUEIRA	19	MARIA CELESTE ATHAÍDE	03
ALBINO BARBOSA BATISTA	04	EVANGELISTA PEREIRA BARROS	12	MARIA CONCEIÇÃO DORILEO FIGUEIREDO	21
ALFREDO BARROS FILHO	08	EVERALDO RODRIGUES MOREIRA	26	MARIA DA CONCEICAO P. SCATAMBURLO	08
ALFREDO RODRIGUES LIMA	14	FABRICIA BATISTA DA SILVA	14	MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES	08
ALFREDO SANTANA DE FIGUEIREDO	12	FRANCISCO DIAS DA SILVA	03	MARIA DO NASCIMENTO CASTRILLON	30
ALINOR IRINEU DA COSTA	28	GEOVANO SANTOS MOREIRA	02	MARIA DOMINGAS GOMES	29
ANA CARMEN VIANA VIDAL	09	GERALDA RODRIGUES CHAVES	07	MARIA PEREIRA CHAVES	22
ANA MARIA NATIVIDADE DA SILVA	25	GERALDO SABINO DA SILVA	05	MARIA TAVARES SANTANA DE MATOS	10
ANDERSON SIMIONI	20	GERSON REDEZ	14	MARIO GOTARDO	13
ANTENOR VIEIRA LACERDA	10	GILMAR APARECIDO PASSARINI	13	MELQUIADES CLARINDO DA SILVA	10
ANTONIO BALBINO BARBOSA	04	GILMAR CAMPOS SOEIRO	07	MILTON PEREIRA RIBEIRO	25
ANTONIO DOS SANTOS CADEIRA	16	GRACILIANO NASCIMENTO FILHO	11	MIRIAM FRANCA MOREIRA	14
ANTONIO NARDES DO NASCIMENTO	11	GUMERCINDO FAGUNDES LOPES	10	MOACIR BORGES	25
ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA	23	HILMA XAVIER RODRIGUES	05	MOACYR GERALDO DE BARROS	05
ANTONIO TADEU MARTIN ESCAME	03	INES ANSCHAU XAVIER DE OLIVEIRA	06	NATALICE APARECIDA DA SILVA	25
ANTONIO VALDERI LOPES	06	IRENE ANA CHAGAS	05	NATALINO LEITE PEREIRA	25
ARMINDO LOPES LEITE	01	ISABELA ALVES ALMEIDA OLIVEIRA	24	NATÁLIA ILKA MORAIS NASCIMENTO	26
BARTOLOMEU JOSÉ ORMOND FILHO	23	IVANIL FERREIRA DA SILVA	06	NELSON HERGESSELL	19
BENEDITO RODRIGUES NOGUEIRA	13	IVANILDO TEIXEIRA THOMAZ	15	NOEMI FELIZARDO	01
BRASILINO JOSE PEREIRA	05	IVO MARINHO BOTELHO	26	OTILIA DE OLIVEIRA FERREIRA	13
CASEMIRO NETO RODRIGUES AGUIAR	19	IVONE RIBEIRO LEMES DE ALMEIDA	26	PAULO CESAR CAMARGO RAMOS	28
CELSO BARROZO	24	JANETE MARQUES DA CUNHA	14	PEDRO CORREA LIMA	08
CLEMENCIA CANDIDA RIBEIRO	19	JESSE MOREIRA LOPES	11	RAIMUNDA PEREIRA SOARES	22
CONCEICAO CORREA COSTA ITACARAMBY	12	JOACI LEOCADIO RABELO	12	RAIMUNDO MARTINS DA SILVA	25
CREUZA MARTINHA DAS CHAGAS	29	JOANNA DO ESPIRITO SANTO	27	REJANE CRISTINA DE MELO PINTO	23
CRISTIANE ALENCAR DE OLIVEIRA FERREIRA	24	JOAO BOSCO NOGUEIRA DE PINHO	12	ROSA MARIA DE FRANCA SILVA	31
CRISTIANE FÁTIMA DE ALMEIDA	22	JOAO LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS	10	SALVADOR FERREIRA LEAL	07
CYNTHYA PAULA DE JESUS FRAGA	20	JOAO SILVA LIMA	15	SAMUEL FERNANDES DE SOUZA	01
DAMASIO DE SOUZA PEREIRA	18	JONILSON NAVARROS ROMÃO	06	SANDRA CRISTINA RIBEIRO	21
DARLENE YAMINALO TAUKANE	20	JORLANDO BATISTA LEITAO	29	SANDRA IMACULADA LEAL	16
DAVI BISPO DE OLIVEIRA	28	JOSE CORREA DE OLIVEIRA NETO	10	SANDRA MARIA DOS SANTOS NEVIANI	28
DEVANILZA JESUS DE OLIVEIRA	04	JOSE HENRIQUE PEDROSO	28	SEBASTIAO ALFREDO ANANIAS NETO	07
DILZA FERREIRA DE ARRUDA	30	JOSE LUIZ FILHO	14	SEBASTIAO DE JESUS	08
DIVINA DE OLIVEIRA SANTOS	17	JOSE MONTEIRO DA CRUZ	15	SEBASTIAO RIBEIRO DA SILVA	05
DORACI DORNELLO CALAZANS CHAVES	01	JOSE PRUDENTE DE FREITAS	25	SILVANA TEIXEIRA AGOSTINHO	04
DOROTHY MAYRON TAUKANE	08	JUDITH MAIA GOMES	19	SIRLEY MARQUES LARA PINTO	30
EDEZIO DE SOUZA PONCE	04	JULIA DA SILVA RAMOS	05	TEREZA LUZ DA COSTA	31
		JULISMAR ANDRADE DE VASCONCELOS	16	TEREZINHA RODRIGUES SILVA	01
		KARINA APARECIDA DA SILVEIRA COSTA	14	TOMAZ BISPO DA SILVA FILHO	15
		LEANDRO DA SILVA ZEILIRGER	14	VALDI RODRIGUES DE SOUZA	03
		LEANDRO PEREIRA BARBOSA	29	VERGÍLIA FRANCISCO XAVIER	18
		LENITA DE SOUZA FERREIRA	04	WALDAIR DIAS DA SILVA	20
		LINDINALVA MARQUES GUINE	21	WANDER MARCIO DE ASSIS SOUZA	13
		LUIZ SATURNINO ALVES	08	ZITA ANTONIA GOMES SILVEIRA	17
		LUIZ BARBOSA LUZ	28		
		LUIZ COSTA	13		